

Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso: apontamentos sobre democracia e autoritarismo

Camila Vian de Jesus¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo revisar e comparar os trabalhos de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso segundo suas visões sobre a questão da democracia e do autoritarismo, sobretudo entre as épocas dos anos 60 até os anos 80. No início de seus trabalhos os autores se assemelham na forma, mas irão começar a se distanciar no conteúdo à medida que os anos vão passando. Florestan, em um segundo momento de seu trabalho, a partir da década de 70, trabalhará com uma perspectiva político-revolucionária como o método de vencer os problemas da modernização e do autoritarismo presentes na sociedade brasileira. Já Fernando Henrique propõe uma saída voltada para o combate ao regime burocrático-autoritário para vencer a tradição burocrática e o corporativismo, com uma reforma na esfera institucional. Por fim, serão apontados alguns aspectos tanto de convergência, quanto de divergência entre os dois autores, com um distanciamento cada vez maior a partir dos anos 70.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Fernando Henrique Cardoso; Democracia; Autoritarismo; Ditadura Militar.

Abstract

This work has as a goal review and compare the works of Florestan Fernandes and Fernando Henrique Cardoso on their views about the democracy and authoritarianism issue, mainly between the 60's and the 80's. At the beginning of their works the authors resemble in terms of means, but will start to part in terms of content as the years go by. Florestan, in a second moment of his work, from the decade of 1970, will work with a political-revolutionary perspective as the method to overcome the problems of modernisation and authoritarianism present in the Brazilian society. Fernando Henrique, on the other hand, proposes a way out aimed on the combat to the bureaucratic-authoritarian regime to overcome the bureaucratic tradition and the corporativism, with a reform on the institutional level. At the end, some aspects of convergence and divergence between the authors will be presented, with a bigger and bigger detachment from one another starting in the 70's.

Keywords: Florestan Fernandes; Fernando Henrique Cardoso; Democracy; Authoritarianism; Military Regime.
JEL Z1.

1. Introdução

No Brasil, alguns teóricos e intelectuais, ligados à sociologia e à ciência política, trabalharam na tentativa de interpretar nossa história e de desvendar os caminhos para o Brasil atingir o *status* de uma sociedade desenvolvida e moderna. As ideias de democracia, capitalismo dependente e autoritarismo começaram a ser representativas a partir do cenário brasileiro que se inicia nos anos 50 do século XX e a produção acadêmica volta-se para tais assunto ainda com maior ênfase a partir dos anos 70.

Na literatura, dois nomes são lembrados quando tais assuntos vêm à tona, tanto pela qualidade dos trabalhos quanto pela robustez dos mesmos. Nomes como o de Florestan Fernandes e de Fernando

(1) Mestranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: camilavian@outlook.com.

Henrique Cardoso são representativos desse período e os caminhos que tais autores propõem para a interpretação da história e da sociedade brasileira são fundamentais até os dias de hoje.

O seguinte trabalho tem por objetivo revisar a literatura desses dois autores sobre os temas que giram em torno da questão democrática e do autoritarismo, procurando pontos de convergência e de divergência entre eles, passando por alguns outros tópicos, tangencialmente, pois tais apontamentos são pertinentes para auxiliar o entendimento sobre os assuntos analisados.

Além dessa introdução, o trabalho está dividido em mais duas seções. A seção que segue apresenta a evolução do pensamento de Florestan Fernandes, entre os anos de 1950 e 1980, sobre a questão democrática e o autoritarismo, passando pelo capitalismo dependente e pela ideia de autocracia. A terceira seção trará as concepções sobre autoritarismo e democracia de Fernando Henrique Cardoso, com a delimitação temporal centrada entre os anos 1970 e 1980. Por fim, nas considerações finais, serão destacados alguns pontos de semelhanças ou diferenças, à medida que o pensamento e produção de Fernandes e Cardoso começam a tomar rumos distintos com o desenvolver dos acontecimentos históricos brasileiros.

2 Florestan Fernandes: democracia, capitalismo dependente, autocracia e autoritarismo

Desde o início de sua carreira, como professor, até o final de sua vida, Florestan Fernandes produziu muito sobre problemáticas pertinentes para o conhecimento social do Brasil. Como escreveu Octávio Ianni, “a sociologia de Florestan Fernandes inaugura uma nova época da história da sociologia brasileira” (1996, p. 25). Fernandes escreveu muito, durante toda sua vida sobre a possibilidade das transformações sociais, desde o papel do negro, do índio, do imigrante, do trabalhador, problemas relacionados com a educação, chegando aos trabalhos sobre a teoria sociológica. Fernandes recria temas e conceitos, utilizando-se da influência da sociologia clássica (como Max Weber, Karl Marx, Durkheim, entre outros), traz reflexões sobre a sociedade brasileira e sobre suas grandes desigualdades sociais, econômicas e políticas². As mudanças que ocorreram no Brasil no desenvolver da modernidade, como a urbanização, a industrialização, o surgimento movimentos sociais e partidos políticos trouxeram desafios para muitos teóricos. Desse modo, destacaremos algumas obras e alguns pontos do trabalho de Fernandes sobre a democracia, o autoritarismo e o capitalismo dependente, a partir da década de 50, mas com maior ênfase para os anos de 60 e 70, quando houve uma mudança em seu ideário e, não coincidentemente, quando inicia-se o período militar no Brasil.

2.1 Democracia

A democracia, nos trabalhos de Florestan Fernandes, tem uma grande representatividade e centralidade, pois, para o sociólogo, a democracia significa uma forma de organização social. Assim, a democracia deveria circundar todas as esferas da sociedade, “não se tratando, portanto, apenas de um processo de participação no poder (...), de circulação de elites ou de criação de novas elites, mas de um estilo de vida.” (Souza, p.88, 2007). Se observarmos algumas passagens da obra de Fernandes, principalmente depois dos anos 70, sua perspectiva, a partir desse período, foi a do socialismo como uma das únicas possibilidades de o Brasil e da América Latina conseguirem iniciar um caminho

(2) In: Ianni (1996).

democrático³. Para o autor, a democracia não é um valor em si, “mas sim uma condição concreta (...) e que nasce e é sustentada por relações estrutural-históricas complexas” (Chagas, 2011, p. 4). Ainda, para Fernandes, a democracia não se desvincula de seu conteúdo de classe, seguindo as ideias de Marx, Engels e Lenin⁴.

No período dos anos da década de 1950, Florestan Fernandes trata os problemas da democracia no Brasil como um desequilíbrio na estrutura social que resultou de um descompasso entre as transformações das diferentes esferas. Para o autor, a máquina institucional evoluía conforme os países centrais, ao mesmo tempo em que o homem brasileiro permanecia, tratando-se de suas relações sociais, preso nas referências tradicionalistas. Nessa época, os problemas da vida política brasileira não eram entendidos como ausência de democracia, mas sim como “formas possíveis de ajustamentos da sociedade a um padrão de organização social em plena fase de desenvolvimento.” (Souza, 2007, p. 86).

Já a partir de 1960, Fernandes começa a analisar o assunto de uma forma um tanto diferente. Para o sociólogo, a sociedade brasileira apresentava uma certa resistência para mudanças sociais, uma característica um tanto quanto comum dentro das elites dirigentes. Por essa grande resistência, a democracia não poderia se desenvolver plenamente, de forma automática, por meio de um sistema regulador presente dentro das sociedades de classes. Para o autor, tornava-se uma necessidade que a política deixasse de ser privilégio de uma elite, como é característico de sociedades estamentais. O conservadorismo acabou formando uma elite que não permite a participação igualitária de toda sua população, caracterizado pela deficiência da democracia. Com isso, a sociedade de classes evoluía e era construída no Brasil cheia de contradições, o que acabava nutrindo sérios conflitos.

Florestan Fernandes passa por uma diferenciação em seu ideário antes e depois de 1970. Bárbara Freitag toca no tema dessa diferenciação e apresenta a mudança de uma fase que a autora denomina de “*acadêmico-reformista*” para uma fase de um “*político-revolucionário*”⁵. As conclusões do autor, na fase pós década de 70, passa a diagnosticar que o Brasil detém dificuldades inerentes para o desenvolvimento da democracia dos moldes burgueses, o que vai de encontro as suas ideias das décadas de 50 e 60, quando previa uma democracia como tendência.

Para Fernandes, ficava claro que a burguesia nacional e internacional não se conformaria com uma democratização, mesmo que fosse embrionária como a que se dava antes de 1964, visto que essa democratização poderia interferir na concentração de poder e privilégios. Em sua obra mais conhecida, *A Revolução Burguesa no Brasil*, o autor explora a formação do capitalismo no Brasil e como a sociedade de classes formada por essa construção revela-se incompatível com uma revolução democrática e nacional, resultando em um Estado autocrático-burguês. Assim, a dominação burguesa ligou-se com mecanismos autocráticos de uma democracia limitada, deixando de lado a Nação, ou seja, a grande maioria dos despossuídos, e que funcionava apenas para os iguais. Dessa forma, o golpe militar de 1964 pode ser avaliado como uma involução, ao passo que tinha como objetivo ratificar estruturas de organização social há tempos superadas. Para Souza (2007), existe, em Fernandes, uma

(3) Como pode-se observar no trecho do depoimento dado por Florestan para Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn no ano de 1981: “É que a América Latina tem uma alternativa histórica, essa alternativa não está no capitalismo, ela não é aberta pela democracia burguesa, não é aberta pelo imperialismo, não é aberta pela internacionalização da economia capitalista, ela é aberta exatamente pelo socialismo” (Fernandes, 1995 p. 3-31).

(4) Tótor (1999).

(5) Freitag (1996).

interpretação do Brasil que salienta os principais dilemas em uma sociedade de classes que não consegue soltar-se de um passado patrimonial e escravista.

O enrijecimento do regime militar – com a aplicação do Ato Institucional n. 5 em 1968 – traz à Fernandes uma nova visão sobre a democracia e, a partir de então, o sociólogo passa a afirmar seu posicionamento socialista e passa a negar as possibilidades de democracia, de uma forma ampla. Assim, a democracia só poderia insurgir como consequência de uma “revolução contra a ordem” (Fernandes, 1987, p. 289-198). Com isso, segundo afirmação do autor, a democracia e o socialismo “fazem parte da mesma rota histórica da revolução social que somente as classes trabalhadoras podem desencadear e levar a cabo.” (1980, p. 33). Para ele a revolução democrática só poderia vir “dos de baixo, do conjunto da população humilhada, excluída, dos despossuídos e explorados” (Tótor, 1999, p. 122) e assim seria a classe trabalhadora e não as classes burguesas que iria conduzir o assentamento da democracia burguesa⁶.

A democracia é real somente quando existe uma divisão factual do poder, quando a luta de classes ocupa um espaço político legítimo para sua manifestação. Somente assim, é possível formar cidadãos com tamanha força para equilibrar as discrepâncias entre classes. Assim, “as possibilidades da liberdade e da igualdade exigem o reconhecimento do conflito de classes, porque permite aos de ‘baixo’, às classes subalternas, frear as ambições de poder e privilégios dos de ‘cima’, dos poderosos” (Tótor, 1999, p. 125).

2.2 Capitalismo dependente

Uma das teses centrais do autor se baseia na tentativa de demonstrar que não existe um único padrão de desenvolvimento capitalista nem um único modelo de revolução burguesa, que não existiria propriamente uma forma clássica de revolução como a Americana, a Francesa ou como os modelos das revoluções nas sociedades capitalistas centrais. As mudanças dos países capitalistas dependentes e de economias subdesenvolvidas possuem características únicas e, essas sociedades, não representam um degrau que poderia, simplesmente, ser superado.

Para Fernandes, por capitalismo dependente “entende-se uma forma de organização socioeconômica com uma dimensão heterônoma em relação às sociedades capitalistas centrais, mas sob a direção de forças sociais autóctones” (Tótona, p. 111, 1999). Assim, a preocupação do sociólogo dava-se em esclarecer esse determinado modo de desenvolvimento capitalista. E, esse capitalismo particular, o capitalismo dependente, se manifesta como uma forma de acumulação onde existe a associação das burguesias locais com as dos países centrais, dividindo entre si, de forma desigual e deixando de lado a grande maioria da população, o excedente econômico da exploração do trabalho (Fernandes, 1987). Para o sociólogo, a era do capitalismo dependente no Brasil se iniciou próximo à 1880 e se manteve até seus últimos trabalhos, entre 1994 e 1995.

Pelo desenvolvimento do capitalismo dependente é que se instaura a democracia restrita que beneficia apenas as classes possuidoras e onde as classes privilegiadas resistem ao desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e integrada. Assim, segundo o autor, as burguesias dos países periféricos perderam a oportunidade histórica de arquitetar uma democracia sob sua liderança. E é importante frisar que esse tipo de capitalismo não foi apenas estruturado e mantido como uma

(6) Florestan (1980).

imposição externa, mas sim foi visto como uma opção estratégica pelas elites dominantes locais. Assim, o Estado nacional assume uma forma oligárquica e autocrática. Dessa forma, realizando um acercamento entre história e sociologia, ele busca encontrar um “modelo” apropriado para o caso brasileiro.

2.3 Autocracia e autoritarismo

A autocracia, para Florestan Fernandes, tem um papel central para o entendimento político do capitalismo dependente e constrói esse conceito a partir de influências weberianas e marxistas. O autor salienta que, a parti do golpe de 64, existiu um “esforço” para a produção do Estado autocrático e que tinha como características centrais uma aparência democrática, uma política econômica de linha dura e um caráter fascista⁷. A modernização que os militares afirmam ter realizado durante o período deve ser sempre analisada de forma crítica, pois é apenas uma modernização da relação de dependência e não uma modernização que passasse por algum aspecto de autonomia.

O autor utiliza o conceito de autocracia como um governo organizado de cima para baixo e que não está ligado a apenas um indivíduo ou soberano, mas a um grupo, camada ou classe, assim, um governo democrático se daria por uma estrutura de poder e de governo de baixo para cima, sendo a autocracia uma expressão da antítese de democracia⁸.

No início dos anos 50, Fernandes já caracterizava a forma política brasileira como sendo um modelo autocrático, no entanto, naquele momento, buscando demonstrar que a sociedade brasileira tendia para uma democracia, o autor classificou a sociedade brasileira como sendo uma combinação de estrutura autocrática e de estrutura democrática (Fernandes, 1954, p. 14). Já a partir dos anos 60, o conceito de autocracia aparece mais como uma característica da concentração do poder encontrada no Brasil, assim o autor passa a associar essas características aos valores das classes dominantes, de origem estamental. A autocracia, para o autor, a partir desse segundo momento, é o que mantém vivo o capitalismo dependente, sendo um de seus pilares.

Sobre o autoritarismo, Florestan afirma que tal conceito é um tanto “ambíguo” e “plurívoco” e que pode haver um certo uso abusivo do conceito de autoritário e autoritarismo⁹, pois ocorre uma tendência de confusão sistemática que classificam “regime autoritário” como sendo uma “democracia forte”, o “regime soviético” sendo posto no “mesmo saco” do totalitarismo e que o conceito não é fundamentado nas relações de poder¹⁰ como deveria ser (Fernandes, 1979). Para o autor, a sociedade de classes é tomada por relações autoritárias, em todos os níveis, desde da organização até o funcionamento e a transformação. É importante salientar a correlação existente entre estrutura e história, dado que “quando as relações autoritárias se exacerbam, a estrutura ganha saliência, o que é mais profundo vem à tona e revela a face burguesa da imposição da autoridade” (Fernandes, 1979, p. 14).

(7) Fernandes (1979, p. 43-44).

(8) Chagas (2011).

(9) Pode-se sentir, principalmente na primeira parte do livro *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*, de Florestan Fernandes (1979), críticas sistematizadas à teoria do autoritarismo que, em certa medida, engloba os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso.

(10) O conceito de poder utilizado por Florestan Fernandes é de inspiração weberiana.

Os países latino americanos não conseguiram unir o desenvolvimento capitalista autônomo com uma ordem social competitiva minimamente harmoniosa e um Estado democrático. Para Florestan, apesar das burguesias nativas terem o controle da sociedade política, essas burguesias eram relativamente fracas – no que diz respeito aos centros dinâmicos do capitalismo global – e incapazes de dinamizar funções básicas de domínio burguês. Por isso que, apesar das burguesias nacionais sugarem as ideologias e utopias das burguesias imperiais, elas não podiam comandar as revoluções da transformação capitalista, pois não podiam admitir a transição de uma democracia restrita para uma democracia participativa, dado que a “democracia burguesa” carregava, intrinsicamente, riscos de “sublevação da ordem”¹¹.

3. Fernando Henrique Cardoso: autoritarismo e democracia

Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1970 e 1980, “inspirado” pela ditadura militar, passa a focar seus trabalhos na democratização do Brasil ao invés de focar-se, principalmente, na sua teoria da dependência¹². Assim, a partir dessa fase, o sociólogo avança na crítica ao regime militar, desdobrando os possíveis mecanismos e processos pelos quais poderia ocorrer a democratização do país e ganham destaque assuntos como democracia, autoritarismo, movimentos sociais¹³, o que justifica a delimitação desse período.

3.1 Autoritarismo

Cardoso considera que o golpe militar ocorrido no Brasil em 1964, interrompe um pequeno período de experiência democrática entre os anos de 1945 até 1964¹⁴. Segundo o autor, “a forma adotada para a revogação do poder democrático foi a do ‘golpe militar’” (Cardoso, 1970, p. 134). Assim, a dominação que aí se inicia será classificada pelo autor como “regime burocrático-autoritário”. Com isso, com a dominação burguesa em risco, foi necessário realizar a intervenção militar para sanar a crise de hegemonia e assim foi instaurado um Estado autoritário. Cardoso afirma que a nova correlação de forças que se inicia com o novo regime, permite um novo processo de modernização econômica no país. No entanto, como também salienta Florestan Fernandes, essa modernização¹⁵ não significa maior autonomia, mas sim uma mudança do tipo de dependência e uma industrialização “excludente” e “restritiva” que não insere maior participação social aos resultados do processo tecnológico (Cardoso, 1975, p. 74). O novo regime instaurado, tem fortes consequências negativas para os trabalhadores e, como um regime de base militar, acaba usando e se mantendo pela violência, com uma política salarial repressiva.

Para Fernando Henrique Cardoso, o autoritarismo perpassou toda a história da sociedade brasileira, que teve sua origem ainda em solo ibérico e se transplantou para a colônia portuguesa desde de o descobrimento e da formação das instituições no Brasil. Assim, o desenvolvimento

(11) Fernandes (1979, p. 42-43).

(12) Ver Cardoso (1970).

(13) Maria (2003).

(14) Mesmo o autor caracterizando a estrutura de poder pré-golpe como “dominação política patrimonialista”, Cardoso afirma que o período entre 45 e 64 foi democrática por ter ocorrido alianças entre os setores tradicionais e com as massas urbanas e rurais. In: Cardoso (1993).

(15) A ditadura posta em 64 é dita modernizadora por Cardoso pelas suas “consequências revolucionárias”, dado que reorganizou o Estado e a economia, ajustando essas áreas com a contemporaneidade capitalista. In: Cardoso (1982).

capitalista e a revolução burguesa não modificaram essa característica que tem sua origem no patrimonialismo ainda no período pré-independente do país (Cardoso, 1975). Esse patrimonialismo se manteve, reproduzindo um modelo político de cima para baixo, colocando a sociedade civil sempre em uma posição de fragilidade frente ao Estado. Desse modo, o longo período patrimonialista na sociedade brasileira criou um forte obstáculo para a formação da democracia representativa¹⁶.

No entanto, o conceito que Cardoso utiliza, o de autoritarismo burocrático, tem certas particularidades que fazem com que ele deva ser usado com certa cautela. Segundo o autor, os regimes burocráticos-autoritários eram definidos por um processo de autonomização do poder estatal, dado que os interesses das camadas burocráticas se constituíam como algo independente das outras classes. O sociólogo ainda afirma que tal conceito não deve ser usado para a América Latina, na sua totalidade, pois alguns países não apresentaram tais características específicas. Essa noção deve ser utilizada para designar um regime político, e não uma forma de Estado, sendo aplicado somente nas situações em que a “intervenção militar ocorresse em reação contra movimentos esquerdistas e nas quais as políticas que servissem para reorganizar o estado e a economia para garantir o progresso continuado do desenvolvimento industrial capitalista fossem implementadas por regimes militares, como na Argentina e no Brasil” e, ainda, quando a noção de Estado referia-se ao “‘pacto de domínio’ básico que existe entre as classes sociais ou frações das classes dominantes e as normas que garantem o seu domínio sobre as camadas subordinadas” (Cardoso, 1982, p. 45-46)

Outra tese bastante cara a Fernando Henrique Cardoso é o fato de que não há relação entre autoritarismo e desenvolvimento econômico ou internacionalização da economia. Para o autor, a acumulação econômica não depende apenas da restrição política, não significando que um Estado que tenha por objetivo alcançar o desenvolvimento econômico, em uma sociedade com economias externas e com o setor público é, necessariamente, uma sociedade com forma política de regime autoritário burguês. Dessa forma, a religação das economias locais com a ordem econômica mundial não está baseada na natureza dos regimes políticos, mas sim na “reorganização do Estado, isso é, das forças sociais, que sustentam a dominação de classe e as formas de articulação entre as áreas política e econômica” (Cardoso, 1980, p.35). Ainda, o autor explica a existência dos regimes autoritários mais com base nos interesses das burocracias civis e militares (“os estamentos burocráticos”)¹⁷ do que pelos interesses privados e que não existe uma causalidade entre regime político e política econômica. Além disso, o impulso dado para a economia, trazendo altas taxas de crescimento, ajudou a construir a legitimidade ao sistema autoritário que existia no Brasil durante o período militar. Nesse ponto é bastante importante lembrar que Fernando Henrique adota uma postura que é fortemente adotada por variáveis econômicas, assim, a partir desse entendimento, a esfera política pode ser entendida como consequência das relações econômicas, dando um papel central para as forças capitalistas internacionais e o papel de subordinação do Brasil frente ao comércio internacional¹⁸.

(16) É importante salientar que o autor não acredita que a natureza do autoritarismo no Brasil deva-se à culturalismos. Cardoso explicita sua concepção de correlação de forças, argumentando que existe especificidade na política que acabam extrapolando questões econômicas e estruturais, que o autoritarismo que se instalou no Brasil não tinha por objetivo uma volta ao passado nem um continuísmo do sistema político.

(17) Cardoso ainda cria um conceito chamado de “anéis burocráticos”, que representam espaços excepcionais para a associação dos interesses públicos e privados. Esses anéis eram essenciais para a articulação entre Estado e setores das classes sociais, assim o sociólogo utilizou desse conceito para explicar a política de cooptação existente no período militar. Esse conceito é bastante importante para o paradigma burocrático-autoritário que o autor está inserido. In: Cardoso (1975).

(18) Ver Cardoso (1993).

Para Fernando Henrique, a articulação do poder iniciada em 64 dilatou a autonomia de decisão das elites burocráticas, dando a estas um poder de mando marcado pelo autoritarismo. O autor tinha o entendimento que o conceito de burocracia ia ao encontro da concepção weberiana e o caráter autoritário do regime explicava-se pela orientação perversa das elites que dominavam o Estado e que não deveriam ser confundidas com as classes dominantes em sua relação com o aparelho de Estado (1993, p. 171).

3.2 Democracia

A figura de Fernando Henrique Cardoso se destacou no debate sobre a democracia brasileira principalmente a partir da metade dos anos de 1970, especialmente pela sua caracterização do regime militar como sendo um regime burocrático-autoritário e pela estratégia da democratização ser uma possível solução para o fim de tal regime. Mesmo Cardoso afirmando que o regime militar teria trazido padrões mais “modernos” de dominação econômica, o perfil autoritário de tal período apresentava características conservadoras quanto ao aspecto político e sua superação seria dada pela democratização do sistema.

O entendimento que o sociólogo tinha do processo de democratização trazia a ideia de que esse processo deveria findar a modernização colocada em prática pelos militares, garantindo os direitos civis, a responsabilidade individual e uma responsabilização política das burocracias deveria ser pensada, reestruturando as vias institucionais de pressão política. Assim, a tarefa democrática era o objetivo central da luta contra um Estado autoritário, apoiado, antes de mais nada, em uma “burguesia de Estado” que estruturava as características autoritárias e corporativas desse Estado. Os verdadeiros opositores da democracia não seriam o capital internacional e a política monopolista característica desse capital, mas sim o corporativismo e uma burguesia burocrática conservadora que restringiu a capacidade de negociação internacional do país dentro da nova dependência causada pelo progresso tecnológico¹⁹.

Assim, as reformas fundamentais deveriam estabelecer uma batalha de posições no interior do aparelho do Estado e, a partir de então, seria possível controlar mais democraticamente a economia capitalista. Para Fernando Henrique, a burguesia de Estado concentrava o poder econômico e o poder político do Estado do regime ditatorial e a proposta de democratização deveria restringir-se à oposição com relação a tal burguesia de Estado. Caminhando junto com essa proposta, acreditava-se que as classes no poder teriam uma capacidade autônoma de remodelar o Estado e a sociedade, seguindo um processo de democratização institucional baseado na descentralização do poder político e pela desconcentração do poder econômico do Estado²⁰.

Em resumo, pode-se dizer que Cardoso defendia uma transição à democracia partindo “de cima”, com a presença de diversos setores da sociedade que tivessem como objetivo comum a quebra do autoritarismo iniciando pela desconcentração do poder político e do poder econômico sob o domínio da burguesia de Estado. A partir da visão de atraso brasileiro, feita por Fernando Henrique,

(19) In: Santos (2000).

(20) In: Vargas (2013).

pode-se entender que sua ideia de democratização, estaria baseada em uma reforma na esfera institucional. Assim, partindo da sua teoria do autoritarismo, Cardoso segue o percurso intelectual e desenvolve essa interpretação da política e sociedade nacional, focando na questão democrática.

Para Fernando Henrique, a heterogeneidade das classes dominadas fazia com que a unificação em torno de um projeto classista fosse impossibilitada. Assim, em um trabalho publicado em 1993, com o título *A construção da democracia*, Fernando Henrique afirma que o processo de crescimento urbano, a modernização do consumo e da cultura formaram uma classe trabalhadora bem diferente dos operários europeus do século XIX, com aspirações que lembram a conformação política. Dessa forma, para o autor, seria inviável a formação de um sindicalismo não ligado ao Estado e de um operariado liderando um movimento independente, com a habilidade de liderar a democratização no Brasil. Assim, poderia existir uma articulação do objetivo político de categorias sociais diferentes, incluindo tanto os empresários quanto os operários, em busca pela democratização. Cardoso ainda sugeria que as classes médias intelectualizadas teriam papel fundamental para pressionar o regime, dando um caráter essencial para o conjunto intelectual universitário para a retomada da democracia e para a conscientização das massas (Cardoso, 1993).

Considerações finais

Não se pode deixar de reconhecer que, apesar da relação ser entre mestre e discípulo, os caminhos de Florestan e de Fernando Henrique tomaram rumos diferentes à medida que o tempo foi passando e, mais precisamente, quando o regime militar teve início. A inspiração vinda de Marx é presente no trabalho de ambos os teóricos; no entanto, não se pode deixar de lembrar que, tão importante quanto Marx, a influência de Max Weber pode ser facilmente encontrada em seus trabalhos. Contudo, já no início dos anos 70, Fernandes marca sua produção intelectual pelo marxismo mais radical e revolucionário, retoma o pensamento de Lênin e passa a defender a ideia de que os intelectuais deveriam sair das academias de forma a conseguir alcançar outros públicos para captar os inconformismos com os rumos do capitalismo no Brasil. Já Cardoso, nesse mesmo período, passa a utilizar de forma mais assídua os ensinamentos de Weber em seus trabalhos e se debruça mais sobre o autoritarismo e a democratização do Brasil do que sobre sua teoria da dependência.

Dentro dos assuntos analisados nesse presente trabalho, pode-se notar momentos em que os autores convergem, mesmo que com algumas ressalvas. Como, por exemplo, na visão de Fernando Henrique Cardoso, quando trata da burguesia brasileira como sendo fruto do capitalismo dependente e que tal burguesia não seria capaz de realizar uma revolução burguesa no país, sendo sua única “revolução” a integração associada e dependente aos centros econômicos internacionais. Desse modo, aproxima-se de Florestan quando este afirma que foi através do desenvolvimento desse mesmo capitalismo que a democracia restrita se instalou na sociedade brasileira. Para os dois autores a ação da burguesia poderia ser reconhecida no caráter pró-imperialista que tal classe assumia no Brasil.

No entanto, existem pontos que, ao longo da pesquisa, se mostraram bastante diferentes no pensamento dos dois autores. Chamaremos atenção para alguns pontos importantes. Primeiro, para Fernando Henrique Cardoso, a reativação da democratização estava posta em dois objetivos liberais

clássicos, em limitar o controle do poder político pelo executivo e afrouxar o poder econômico do Estado, os quais destoam bastante do tipo de proposta que Florestan fazia para a democratização da sociedade brasileira, ainda mais no período pós anos 70. O segundo ponto está centrado no papel que o liberalismo teve na evolução da sociedade brasileira. Para Cardoso, mesmo o modelo liberal tendo sido a referência para a caracterização da estrutura social e política brasileira, as características centrais seriam baseadas em uma tradição burocrática e paternalista e que os problemas referentes a democracia substantiva estavam dentro da dimensão institucional. Já Florestan Fernandes, afirma que o liberalismo teve um caráter efetivo no Brasil e foi tal liberalismo que deu ao Estado uma forma moderna²¹. Assim, para este autor, a formação do Estado independente não tinha característica de reiteração do patrimonialismo ibérico, mas de um Estado distinto do que havia sido o Estado português em território brasileiro. O último ponto a salientar reside no fato de que, mesmo que Fernando Henrique tenha se inspirado em Florestan Fernandes para a análise sobre a fragmentação da classe trabalhadora brasileira, esse acreditava que tal deficiência dificulta a unificação dos trabalhadores, já para Cardoso significa deixar de lado essa unificação e um projeto classista de mudança social. Ainda, Florestan afirma que “a parcela da classe trabalhadora assalariada guarda uma ‘tensa identificação’ com o sistema, Cardoso afirma que os grupos assalariados vinculados ao setor capitalista avançado ‘beneficiam-se com o sistema’” (Vargas, 2013, p. 118). Dessa forma, o distanciamento dos autores ficava cada vez mais evidente, quando, a partir do final dos anos 70, Cardoso deixava cada vez mais clara a sua posição defendendo o caráter institucional da transição democrática, enquanto Fernandes alinhava-se mais com a centralidade do operariado na busca pela democracia.

Mesmo tendo algumas dificuldades inerentes ao escrever um trabalho relacionando dois autores de tamanha envergadura, faz-se mister enfatizar o quão importante e robustas são as análises feitas por tais autores, além do caráter pioneiro de suas interpretações do Brasil. Salienta-se que eles escreveram muito sobre os temas analisados e de maneira alguma pode-se considerar findando o debate e a pesquisa sobre tais temas, pois além de serem ainda contemporâneos, principalmente lembrando os acontecimentos políticos do Brasil atualmente, a obra de tais autores é extremamente rica e pertinente, pois o poder econômico e político ainda encontra-se nas mãos de uma pequena classe dominante e tais autores ainda são bastante importantes principalmente quando tenta-se responder que tipo de democracia está instalada no Brasil e se o que temos hoje pode ser considerado um modelo final de democracia representativa e ampla.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. The surprises of development in Latin America. *IFDA Dossier*, n. 16, 1980.

(21) Ver Fernandes (1987).

- CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: O NOVO autoritarismo na América Latina, n. 18. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. Estudos sobre política, São Paulo: Siciliano, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento da América Latina*. Ensaio de Interpretação Sociológica, 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CHAGAS, Rodrigo Pereira. Florestan Fernandes: *A autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contra-revolução no Brasil*. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2011.
- FREITAG, Barbara. Florestan por ele mesmo. *Estudos Avançados IEA/USP*, São Paulo, n. 26, 1996.
- FERNANDES, Florestan. Existe uma “crise da democracia” no Brasil? *Revista Anhembi*, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 450-471, nov. 1954.
- FERNANDES, Florestan. Existe uma crise da democracia brasileira? In: MUDANÇAS sociais no Brasil. São Paulo: Difel, 1954.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- FERNANDES, Florestan. Histórias e histórias. *Novos Estudos Cebrap*, n. 42, p. 3-31, jul. 1995.
- IANNI, O. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, 1996.
- IANNI, O. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004, p. 307-348.
- MARIA, Juvencio Sobrinho. *O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992): autoritarismo e democratização*. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.
- TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48, p. 109-126, São Paulo, 1999.
- SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência – Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Patrícia Olsen. Florestan Fernandes e os dilemas da democracia no Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, v. 31, p. 85-96, 2007.

VARGAS, Tatiana Prado. *Fernando Henrique Cardoso e o Cebrap: considerações sobre desenvolvimento, autoritarismo e democratização*. Dissertação (Mestrado)—Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.